

Relatório e Contas

30 junho 2023



Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Santander Private Defensivo

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1.1. Enquadramento macroeconómico	3
1.2. Política de investimento	6
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdr)	7
1.4. Evolução das unidades de participação	7
1.5. Performance	7
1.6. Custos e proveitos	9
1.7. Demonstração do património	9
1.8. Evolução dos ativos sob gestão	9
1.9. Valorimetria	9
1.9.1. Valores mobiliários	10
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário	11
1.9.3. Instrumentos derivados	12
1.9.4. Câmbios	12
1.10. Política de voto	12
1.11. Erros de valorização	13
1.12. Factos relevantes	13
1.13. Eventos subsequentes	14
2. Relatório de Auditoria	15
3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2023	19
4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2023	22
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2023	24
6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2023	26

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Após um ano de 2022 de má memória para os mercados, o primeiro trimestre deste ano registou subidas comparativamente amplas, com ganhos em ações, crédito, obrigações soberanas, ativos de mercados emergentes e cripto moedas. As matérias-primas foram a única exceção significativa a este padrão, com os preços do petróleo a caírem em todos os meses do primeiro trimestre. A análise macroeconómica de alto nível para o trimestre começou com uma nota otimista graças às muitas notícias positivas em janeiro.

Por exemplo, o preço do gás natural na Europa diminuiu -24,8% de janeiro a fevereiro, o que dissipou as preocupações sobre uma possível recessão. O aumento da confiança dos consumidores, que atingiu o seu ponto mais alto dos últimos meses, refletiu-se numa série de indicadores de sentimento. Entretanto, a economia da China continuou a abrir e as restrições foram flexibilizadas, aumentando as expectativas de que mais economias a nível mundial iriam registar crescimento. Devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas, muitos ativos tiveram um início de ano muito forte. Por exemplo, o S&P 500 (+6,3%) e o STOXX 600 (+6,8%) na Europa tiveram os seus melhores inícios de ano desde 2015. Mas, à medida que fevereiro avançava, o ambiente nos mercados tornou-se decididamente mais sombrio.

A principal causa foi a divulgação de dados económicos positivos publicados nos EUA e uma inflação mais elevada do que o previsto, que convenceram os investidores de que estavam iminentes mais aumentos de taxas de juro. De facto, o desemprego atingiu um mínimo de 53 anos de 3,4%, o que suscitou um debate sobre a possibilidade de um cenário de "no landing" da economia dos EUA, que significava inflação elevada e crescimento robusto, forçando a Reserva Federal a ainda mais aumentos de taxas. Não obstante, os Estados Unidos não foram o único país a registar esta tendência. A inflação core na Zona Euro atingiu um máximo histórico de +5,3% em janeiro, de acordo com os dados divulgados em fevereiro o que desencadeou uma venda significativa de obrigações internacionais, com o Global Aggregate Bond Index da Bloomberg a registar o seu pior desempenho em fevereiro desde a sua criação em 1990 (-3,3%).

Em março, os investidores aumentaram as suas expectativas para as taxas terminais do Banco Central devido à persistência da inflação. No seu testemunho semestral no Congresso, o Presidente da FED confirmou esse facto, afirmando que a FED estaria preparada para aumentar o ritmo de subida das taxas e deixando explicitamente a porta aberta a futuras alterações de 50 pontos base. Pouco depois, a 8 de março, as *yields* a 2 anos atingiam um máximo não observado desde 2007 e as expectativas para a taxa terminal da FED atingiam um novo máximo do ciclo de 5,69%. A curva de 2s10s fechou nesse dia com uma inversão de -109bps, o que não acontecia desde 1981. Mas, tudo isto mudou abruptamente quando o Silicon Valley Bank entrou em colapso, suscitando preocupações sobre o sistema financeiro e receios de um maior contágio. Na sequência de um intenso escrutínio por parte dos investidores e de saídas significativas de depósitos, o Credit Suisse acabou por ser comprado pelo UBS com garantias do governo suíço. Devido à significativa turbulência no mercado que resultou desta situação, os investidores questionaram-se se os Bancos Centrais iriam terminar o atual ciclo de aumento das taxas. Em meados de março, as *yields* das obrigações do Tesouro a 2 anos registaram a maior descida diária desde 1982 e apesar da recuperação geral do mercado acionista, as ações dos bancos sofreram um impacto negativo, com o índice de bancos KBW a cair -17,9%. No final do mês, os mercados davam indicação que estariam a estabilizar-se. Desde o pico da agitação, as medidas de volatilidade, como o índice MOVE e o índice VIX, diminuíram significativamente, impulsionados pelas melhorias nas condições financeiras. Além disso, como os investidores estavam muito menos preocupados com aumentos abruptos das taxas, as obrigações soberanas tiveram um desempenho excepcional. De facto, desde março de 2020, quando os investidores se refugiaram em ativos seguros e a FED reduziu as taxas e reiniciou a compra de obrigações, os títulos do Tesouro dos EUA tiveram o seu melhor desempenho mensal em três anos.

Mercados acionistas desde 2022

Fonte: Bloomberg 07/07/2023



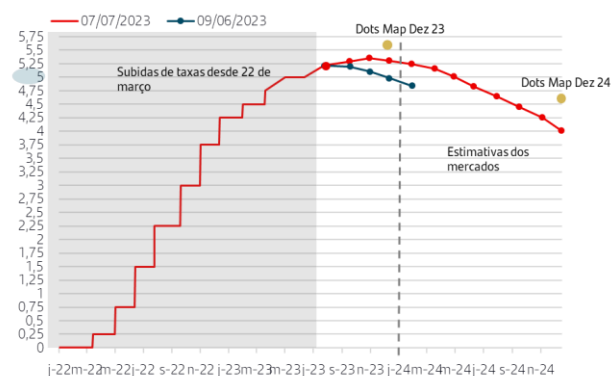
Os mercados financeiros tiveram um segundo trimestre mais inconsistente. Alguns investimentos tiveram um desempenho excepcional, com as ações tecnológicas a superarem significativamente outros investimentos devido ao interesse na Inteligência Artificial (IA). O que incluiu outros ativos de risco, e que contribuiu para a diminuição da volatilidade devido à falta de evidências de que os problemas de março tivessem repercussões financeiras mais vastas. Contudo, a inflação persistente e a continuação da política restritiva dos Bancos Centrais causariam a subida de *yields* nas obrigações soberanas. Em geral, as matérias-primas também tiveram dificuldades, com os preços do petróleo bruto Brent a caírem pelo quarto trimestre consecutivo. Os investidores mostraram-se receosos quanto ao início do segundo trimestre, após a significativa turbulência do mercado em meados de março pela possibilidade de mais falências bancárias. Antes de ser encerrado em 1 de maio, o First Republic Bank, em particular, esteve sob pressão crescente, tornando-se o terceiro banco a falir este ano, depois do SVB e do Signature.

A maioria dos seus ativos foi adquirida pelo JPMorgan e, a 4 de maio, o índice KBW Banks fechou no seu ponto mais baixo em mais de dois anos. Mas o que foi notável no segundo trimestre foi o facto de a turbulência financeira parecer isolada, pelo menos por enquanto. De facto, em junho, o índice VIX de volatilidade das ações tinha recuado para o seu nível mais baixo desde o surto de Covid-19 e tinha terminado o terceiro trimestre em apenas 13,59 pontos, marcando um declínio significativo.

Os Bancos Centrais continuaram a concentrar-se na manutenção de níveis elevados de inflação, uma vez que a turbulência financeira parecia estar mais sob controlo. De facto, enquanto a inflação global caiu no segundo trimestre, a inflação *core* manteve-se muito mais resistente. Por exemplo, os dados mais recentes relativos a maio revelaram que a inflação *core* do índice de preços no consumidor (PCE) nos EUA se situou em 4,6%, ou seja, ligeiramente abaixo do nível de 4,7% registado três meses antes. À semelhança dos EUA, a inflação *core* na Zona Euro manteve-se em 5,4% em junho, apenas ligeiramente abaixo do pico de 5,7% registado em março.

EUA: Futuros das taxas do Fed Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM



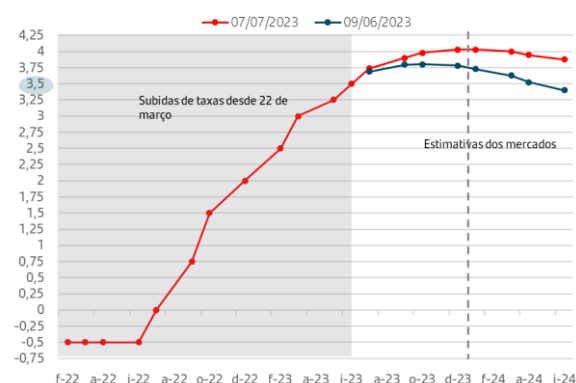
O aumento da inflação exigiu que os Bancos Centrais continuassem a aumentar as suas taxas diretoras. A FED aumentou as taxas em 25 pontos base adicionais em maio e, apesar de ter feito uma pausa em junho pela primeira vez em mais de um ano, o seu gráfico de pontos previa mais dois aumentos das taxas para o ano de 2023.

O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

Em resultado da persistência da inflação e dos Bancos Centrais "hawkish", as obrigações soberanas registaram dificuldades no segundo trimestre. As obrigações do Tesouro dos EUA registaram uma descida de 1,4%, pondo fim a dois trimestres consecutivos de ganhos, enquanto as obrigações alemãs registaram uma descida mais moderada de -0,4%. No entanto, os títulos com pior desempenho foram os *gilts* (-6,0%), que registaram a maior queda desde a turbulência do mini-orçamento em outubro passado. No Reino Unido, onde a taxa de inflação do IPC é a mais elevada do G7, registaram-se várias surpresas positivas em termos de inflação e o Banco de Inglaterra aumentou inesperadamente as taxas de juro em 50 pontos base em junho. Em comparação com outros Bancos Centrais, os mercados estão a prever um ciclo de aperto mais agressivo para o Banco de Inglaterra, com os *swaps* de índice *overnight* a preverem uma taxa terminal superior a 6%.

Taxa de depósito com base nos Forwards €STRN

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM



Apesar das preocupações com a inflação e a descida do preço das obrigações soberanas, os ativos de risco tiveram, de um modo geral, um bom desempenho no 2.º trimestre. Por exemplo, o S&P 500 aumentou +8,7% em termos de retorno total, o que se segue a um ganho de +7,5% no primeiro trimestre e é o maior ganho trimestral desde o quarto trimestre de 2021. O Nikkei no Japão, que acaba de registar o seu segundo melhor desempenho trimestral numa década, é um dos poucos ativos financeiros que aumentou até agora em 2023. O STOXX 600 (+2,7%) na Europa foi menos rápido, mas ainda conseguiu registar o seu terceiro ganho trimestral consecutivo superior a 6%.

	2022	2023e
PIB EUA	2,10%	1,80%
Inflação EUA	8,00%	4,10%
PIB Zona Euro	3,50%	0,50%
Inflação Zona Euro	8,40%	5,10%
PIB Portugal	6,70%	1,60%
PIB Espanha	5,50%	2,20%
PIB China	3,20%	5,80%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

Com o NASDAQ a subir +13,1% e o índice FANG+ das mega capitalizações tecnológicas a subir +25,2%, as ações tecnológicas voltaram a liderar o desempenho do sector. O que foi possível devido ao intenso entusiasmo em torno do potencial da IA para aumentar a produtividade e acelerar o crescimento económico. A Nvidia (+52,3%) teve um dos desempenhos excecionais no segundo trimestre devido à procura de processadores de IA, o preço das suas ações aumentou no final de maio, depois de terem anunciado ganhos com uma perspetiva muito superior às expectativas aumentado em +189,5% no ano até à data.

No entanto, é importante notar que o S&P 500 ponderado por igual não teve um desempenho tão bom quanto a sua contraparte padrão, aumentando em menos +4,0% no segundo trimestre. Isto deve-se ao facto de as ações tecnológicas terem tido um desempenho tão significativo nos últimos meses.

A resolução do problema do teto da dívida dos EUA, que causou brevemente uma volatilidade significativa no mercado, foi outro fator de apoio aos mercados. De facto, durante um breve período de tempo, as *yields* das obrigações do Tesouro com vencimento após o prazo para a negociação do teto da dívida norte americano subiram, ilustrando como os investidores estavam a exigir uma compensação adicional para manter as obrigações em risco de incumprimento. Mas, a 27 de maio, chegou-se a um compromisso e, em 3 de junho, o Presidente Biden assinou-o como lei.

Economia Portuguesa

Após o fim da pandemia, o PIB de Portugal atingiu 5,4% em 2023, superando o nível de 2019. O PIB futuro continuou a crescer rapidamente acima da Zona Euro. O Banco de Portugal prevê uma queda da taxa de inflação de 5,2% este ano para 3,3% em

2024 e 2,1% em 2025, já próximo do objetivo de política monetária do Banco Central Europeu. Os efeitos negativos da inflação ainda elevada e da maior restritividade da política monetária sobre a procura interna foram complementados por melhorias no mercado de trabalho, medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e maiores entradas de fundos europeus. Além das condições monetárias e financeiras menos favoráveis, a pressão inflacionista internacional diminuiu. A procura externa dirigida aos exportadores portugueses também diminuiu.

A economia cresceu acima do previsto em 1,6% no primeiro trimestre de 2023 principalmente devido ao dinamismo das exportações, principalmente na componente do turismo. A atividade continuou a crescer no primeiro semestre do ano, com variações em cadeia de 0,3% no segundo trimestre e de 0,5% nos dois trimestres seguintes. A perspetiva de um aumento no rendimento disponível real manteve o mercado de trabalho dinâmico e incentivou a procura interna. No que diz respeito às exportações, houve ganho de quota adicional nos serviços, em linha com as tendências recentes, onde o turismo teve um impacto significativo na economia nacional neste semestre.

A inflação diminuiu desde o final de 2022, com as partes mais voláteis do IHPC a impactarem em baixa os preços em 2023. Isto foi refletido principalmente devido à redução dos preços das matérias-primas alimentares e energéticas nos mercados internacionais. A redução da inflação excluindo estes bens foi determinada pelas pressões associadas ao aumento dos salários e margens de lucro, bem como pelos efeitos imprecisos derivados dos componentes voláteis da inflação. Num contexto de expectativas de inflação estabilizadas, a maior restritividade da política monetária resultou na convergência da inflação para valores próximos dos projetados para a área do euro e compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços no final do horizonte, com a inflação do segundo trimestre atingindo -0,3 pontos percentuais (pp) em relação às indicações do Banco de Portugal de março. As pressões inflacionistas externas diminuíram e a redução temporária do IVA para alguns produtos alimentícios compensou parcialmente os efeitos da inflação interna.

Foi também registada uma melhoria em relação ao défice da balança corrente e de capital de +0,4% do PIB em 2022 devido ao aumento do saldo da balança de bens e serviços em 2023, bem como os efeitos positivos de volume e termos de troca, e é previsto pelo Banco de Portugal que a balança corrente e o saldo de capital devem aumentar para 2,1% do PIB no segundo semestre de 2023.

1.2. Política de Investimento

A primeira metade do ano ficou marcada, principalmente, pelos discursos e reuniões dos Bancos Centrais, onde, dada a evolução recente dos dados da inflação que marcam uma progressiva normalização, o mercado começou a antecipar o fim do ciclo de subida das taxas de juro para a última parte do ano. Isto impulsionou os principais mercados acionistas, que, no entanto, viveram dois momentos de particular volatilidade: um em março, devido à crise e falência de alguns bancos regionais nos Estados Unidos, e outro em maio, devido às tensões na negociação para elevar o teto da dívida na mesma região.

A exposição ao mercado de ações tem aumentando significativamente, principalmente em janeiro e nas primeiras semanas de março, aproveitando a volatilidade e as quedas acentuadas provocadas pela crise nos bancos regionais americanos. A gestão aumentou o peso em todas as regiões, mas na primeira parte do ano optaram por um investimento mais relevante na Europa, que se converteu em mais valias no final de maio, quando aumentaram o peso em Emergentes. Reduziram o peso ao Japão em meados de maio, após o bom desempenho que este teve no início de ano. Encerraram as estratégias relativas de dividendos na Europa e nas *small caps* americanas. No final de junho a exposição acionista da carteira era de 20%. No que respeita à componente obrigacionista, a gestão tem aproveitado a volatilidade e o constante aumento da rentabilidade dos títulos europeus e americanos, para aumentar gradualmente a *duration*. Investiram assim, em títulos norte-americanos de 2 e 5 anos, e alemães de 2, 5 e 10 anos.

Desta forma, tem distribuindo este aumento da *duration* por diferentes prazos, mas sobretudo nos mais curtos porque são estes que mais beneficiam do previsível fim do ciclo de subidas das taxas de juro, que se espera para o último parte deste ano. Do lado do crédito, continuaram a não investir para *high yield* e mantiveram o peso estável em *investment grade*, onde continuam a

investir maioritariamente no curto prazo, devido há maior rentabilidade e ao menor risco. A *duration* atual da carteira é de 2,9 anos. Na componente de moeda, reduziram o peso ao dólar à medida que este se aproximava do nível de 1,06 e implementaram estratégias com opções para aproveitar a possível fraqueza do dólar.

O fundo obteve rentabilidades muito positivas na primeira metade do ano, beneficiando especialmente do bom desempenho do mercado acionista, tanto nos Estados Unidos como na Europa, Japão e Emergentes. As ações contribuíram com aproximadamente 2/3 do retorno YTD. A componente obrigacionista também contribuiu com retornos positivos (1/3 do total), apesar dos rendimentos dos títulos continuarem a subir. Isto deve-se ao fato dos níveis atuais de *yields* serem altos o suficiente para compensar fortes movimentos de aumentos de taxas. O dólar prejudicou o desempenho do Fundo, embora a gestão dinâmica dessa posição tenha minimizado essas perdas.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis é a que consta nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo a este relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2014	10 776 764	5,1716
2015	20 802 008	5,1583
2016	20 452 266	5,2340
2017	15 764 619	5,3318
2018	12 733 997	5,0930
2019	12 483 770	5,3184
2020	11 123 223	5,4553
2021	10 947 086	5,5110
2022	9 611 860	4,8937

Em 30 de junho de 2023, o valor líquido global do Fundo ascendia a 45 003 662,39 euros, repartidos por 9 061 481 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 4,9665 euros.

1.5. Performance

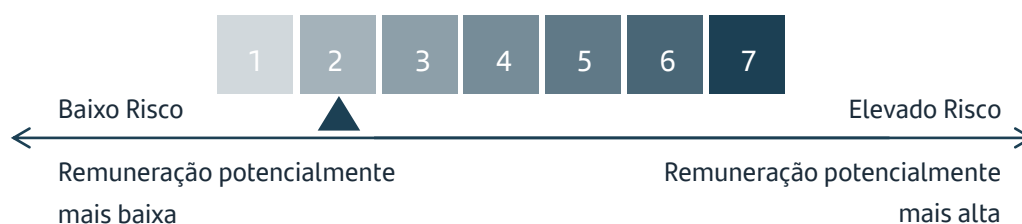
A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2015	-0,17%	3,09%	3
2016	1,47%	3,14%	3
2017	1,87%	2,54%	3
2018	4,48%	2,47%	3
2019	4,43%	2,25%	3
2020	2,57%	5,46%	3
2021	1,02%	3,40%	3
2022	-11,20%	3,81%	3

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2023, a rendibilidade era de -0,12% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Notas:

- O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Private Defensivo alterou a política de investimento a 6 de setembro de 2021;
- Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) Nº 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2023-06-30	2022-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	113 463	51 637	61 826	>100%
Rendimento de Títulos	38 075	56 601	-18 525	-33%
Ganhos em Operações Financeiras	5 384 436	12 018 286	-6 633 850	-55%
Reposição e Anulação de Provisões		0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	368	5 021	-4 653	-93%
Total	5 536 342	12 131 545	-6 595 203	-54%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	31 418	8 771	22 646	>100%
Comissões e Taxas	279 987	325 915	-45 928	-14%
Comissão de gestão	230 461	279 256	-48 795	-17%
Comissão de depósito	8 066	9 774	-1 708	-17%
Outras comissões e taxas	41 460	36 885	4 574	12%
Perdas em Operações Financeiras	4 517 770	7 995 826	-3 478 056	-43%
Impostos	21 102	9 590 595	-9 569 493	<100%
Provisões para encargos		26 151	-26 151	<100%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	606	736	-131	-18%
Total	4 850 882	17 947 995	-13 097 112	-73%
Resultado do Fundo	685 460	-5 816 450	6 501 910	<100%

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2023-06-30	2022-12-31
Valores mobiliários	41 880 367	40 929 757
Saldos bancários	2 817 359	5 855 704
Outros ativos	373 361	310 816
Total dos ativos	45 071 087	47 096 277
Passivo	67 425	58 651
Valor Líquido do OIC	45 003 662	47 037 626

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2023		31.12.2022	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	41 934 654	93,04%	40 971 347	86,99%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	32 967 228	73,14%	32 106 690	68,17%
<i>Titulos de dívida pública</i>	18 400 350	40,83%	19 093 694	40,54%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII (ETFs)</i>	14 574 020	32,34%	12 794 679	27,17%
<i>Opções</i>	(7 142)	-0,02%	218 317	0,46%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	8 967 426	19,90%	8 864 657	18,82%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII</i>	8 946 042	19,85%	8 864 657	18,82%
<i>Opções</i>	21 384	0,05%		
Total do ativo	45 071 087	93,04%	47 096 277	86,99%

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Ações

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
 - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a SAM SGOIC tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management (SAM Investment Holdings S.L.) dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo, aprovada em Dezembro de 2020 (disponível na página da internet da Santander Asset Management Global - Sección Sostenibilidad). A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política, aplicável ao nível local (que pode ser consultada na página web institucional da sociedade em www.santander.pt)

Esta Política, aprovada em maio de 2022, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em Assembleias Gerais de Acionistas de Sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com

a legislação aplicável e com os normativos voluntários que promovem as melhores práticas e é consistente com os objetivos respetivos de cada veículo.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2022

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-asset-management-sgoic/politicas-sam-sgoic/politica-voto-sgoic/Relatorio-Exec_DireitoVoto_SAM_2022.pdf) são explicadas os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.11. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2023 houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.12. Factos Relevantes

1. Estabilização dos mercados financeiros

O alinhamento das expectativas de taxa de juro terminais entre agentes de mercado e Bancos Centrais conduziu a uma correção da volatilidade em dívida soberana e ações, bem como o regresso da correlação entre ambos para terreno negativo. Ainda assim, e dado que as curvas de taxas diretoras anteviam cortes de taxa já em 2023 o que implicou uma comunicação mais incisiva do BCE e FED, a queda da volatilidade em ações foi muito maior do que a de obrigações, recuando para níveis pré-Covid.

Para a indústria de gestão de ativos, o regresso a um mercado funcional permitiu um arranque de ano com performances positivas em todas as classes de ativos e subscrições líquidas positivas. O grosso do impacto da normalização monetária parece já ter sido ultrapassado e o nível atual de *yields* deverá solidificar estas tendências na segunda metade do ano.

2. Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3. Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

1.13. Eventos Subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho de 2023) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 25 de agosto de 2023

2. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 45 071 087 euros e um total de capital do Fundo de 45 003 662 euros, incluindo um resultado líquido de 685 460 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo**, em 30 de junho de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios

contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2015 na sua redação atual (Regulamento da CMVM n.º 2/2015), sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão


Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015

Nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, devemos pronunciar-nos sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de agosto de 2023



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2023-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		2023-06-30			2022-12-31		Código		2023-06-30	2022-12-31
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	Outros Activos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Capital do OIC			
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM						Unidades de Participação	45 307 406	48 059 301	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>					62	Variações Patrimoniais	2 692 177	2 659 705	
	Carteira de Títulos					64	Resultados Transitados	(3 681 381)	2 903 805	
21	Obrigações	18 376 782	80 468	(111 186)	18 346 064	19 052 104	65	Resultados Distribuídos		
22	Acções					66	Dividendos antecipados das SIM	685 460	(6 585 186)	
23	Outros Títulos de Capital						66	Resultado Líquido do Período		
24	Unidades de Participação	23 559 623	524 354	(563 914)	23 520 063	21 659 336		<i>Total do Capital do OIC</i>	45 003 662	47 037 626
25	Direitos	24 327	119 247	(129 333)	14 241	218 318		Provisões Acumuladas		
26	Outros Instrumentos da Dívida						481	Provisões para Encargos		
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	41 960 732	724 070	(804 434)	41 880 367	40 929 757		<i>Total de Provisões Acumuladas</i>		
	Outros Activos							Terceiros		
31	Outros activos						421	Resgates a Pagar aos Participantes		
	<i>Total de Outros Activos</i>						422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	Terceiros						423	Comissões a Pagar	53 333	50 113
411+...+ 418	Contas de Devedores	278 676			278 676	247 668	424+...+429	Outras contas de Credores	12 054	5 985
424	Estado e Outros Entes Públicos						43+12	Empréstimos Obtidos		
	<i>Total de Valores a Receber</i>	278 676			278 676	247 668	44	Pessoal		
	Disponibilidades						46	Accionistas		
11	Caixa							<i>Total de Valores a Pagar</i>	65 387	56 098
12	Depósitos à Ordem	2 817 359			2 817 359	5 855 704		Acréscimos e diferimentos		
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						55	Acréscimos de Custos	2 038	2 141
14	Certificados de Depósito						56	Receitas com Provento Diferido		
18	Outros Meios Monetários						58	Outros Acréscimos e Diferimentos		412
	<i>Total das Disponibilidades</i>	2 817 359			2 817 359	5 855 704	59	Contas transitórias passivas		
	Acréscimos e diferimentos							<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	2 038	2 553
51	Acréscimos de Proveitos	66 746			66 746	50 192		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	45 071 087	47 096 277
52	Despesas com Custo Diferido									
58	Outros acréscimos e diferimentos	27 940			27 940	12 955				
59	Contas transitórias activas									
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	94 685			94 685	63 148				
	TOTAL DO ACTIVO	45 151 452	724 070	(804 434)	45 071 087	47 096 277				
	Número total de Unidades de Participação em circulação				9 061 481	9 611 860		Valor Unitário da Unidade Participação	4,9665	4,8937

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2023-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2023-06-30	2022-12-31	Código		2023-06-30	2022-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	Aprazo (forwards cambiais)			912	Aprazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros	3 025 953	5 293 315	915	Futuros	373 354	374 280
	<i>Total</i>	<u>3 025 953</u>	<u>5 293 315</u>		<i>Total</i>	<u>373 354</u>	<u>374 280</u>
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções	63 613	293 494	934	Opções	49 372	75 177
935	Futuros	15 639 752	1 316 934	935	Futuros	206 148	1 727 978
	<i>Total</i>	<u>15 703 365</u>	<u>1 610 428</u>		<i>Total</i>	<u>255 520</u>	<u>1 803 155</u>
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	<u>18 729 318</u>	<u>6 903 743</u>		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	<u>628 874</u>	<u>2 177 435</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>628 874</u>	<u>2 177 435</u>	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>18 729 318</u>	<u>6 903 743</u>

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2023-06-30

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2023-06-30	2022-06-30	Código		2023-06-30	2022-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	31 418	8 771	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	76 596	49 891
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	36 867	1 746
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	32 541	8 200		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	243 851	309 742	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	38 075	56 601
729	De Operações Extrapatrimoniais	3 595	7 974	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1 795 318	7 995 826	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	2 772 388	2 357 788
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	2 722 451	9 590 595	839	Em Operações Extrapatrimoniais	2 612 048	9 660 498
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	21 102	26 151	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	368	5 021
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>5 536 342</u>	<u>12 131 545</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	606	736		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>4 850 882</u>	<u>17 947 995</u>				
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais			881	Recuperação de Incobráveis		
781	Valores Incobráveis			882	Ganhos Extraordinários		
782	Perdas Extraordinárias			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>685 460</u>		66	Resultado Líquido do Período		<u>5 816 450</u>
	TOTAL	<u><u>5 536 342</u></u>	<u><u>17 947 995</u></u>		TOTAL	<u><u>5 536 342</u></u>	<u><u>17 947 995</u></u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 059 200	(5 539 746)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(113 998)	61 928	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	706 562	(5 790 299)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	685 460	(5 816 450)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	685 460	(5 816 450)

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Santander Private Defensivo referente ao período findo em 30 de junho de 2023

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2023	30-06-2022
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	0	2 804 900
Subscrições de unidades de participação		2 804 900
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(2 719 424)	(5 113 445)
Resgates de unidades de participação	(2 719 424)	(5 113 445)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(2 719 424)	(2 308 545)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	20 202 591	27 614 445
Venda de títulos e outros ativos da carteira	18 397 442	218 159
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	1 408 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	296 041	27 297 538
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	38 075	56 703
Juros e proveitos similares recebidos	63 033	42 044
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(20 201 273)	(26 463 696)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(18 982 882)	(13 013 242)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(1 160 028)	(13 422 557)
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(31 684)	(8 938)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(21 912)	(1 496)
Outras taxas e comissões	(4 767)	(17 464)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 318	1 150 748
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	6 251 713	12 236 738
Operações cambiais	3 700 171	2 877 212
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	2 551 542	9 359 526
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	(6 337 358)	(12 581 920)
Operações cambiais	(3 654 705)	(2 701 313)
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(2 652 876)	(9 845 549)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(26 267)	(30 873)
Comissões em contratos de futuros	(3 509)	(4 185)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	(85 645)	(345 182)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	33 114	6 470
Juros de depósitos bancários	32 632	335
Outros recebimentos correntes	482	6 135
PAGAMENTOS:	(267 708)	(327 585)
Juros Disp./Emprst.		(65)
Comissão de gestão	(242 688)	(296 352)
Comissão de depósito	(8 494)	(10 372)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(15 745)	(19 853)
Outros pagamentos correntes	(780)	(941)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(234 594)	(321 114)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	177
Outros recebimentos de operações eventuais		177
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	177
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(3 038 345)	(1 823 916)
Disponibilidades no Início do Período:	5 855 704	7 752 367
Disponibilidades no Fim do Período:	2 817 359	5 928 451

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2023

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2023 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2022	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2023
Valor base	48 059 301	-	(2 751 895)	-	-	-	45 307 406
Diferença p/Valor Base	2 659 705	-	32 472	-	-	-	2 692 177
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	2 903 805	-	-	-	(6 585 186)	-	(3 681 381)
Resultados do período	(6 585 186)	-	-	-	6 585 186	685 460	685 460
Total	47 037 626	-	(2 719 424)	-	-	685 460	45 003 662
Nº de Unidades participação	9 611 860	-	(550 379)	-	-	-	9 061 481
Valor Unidades participação	4,8937	-	4,9410	-	-	-	4,9665

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	7
0.5% <= Ups < 2%	47
Ups < 0.5%	227
TOTAL	281

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

ANO	DATA	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2023	30/jun/23	45 003 662	4,9665	9 061 481
	31/mai/23	46 199 529	4,9551	9 323 720
	30/abr/23	46 376 269	4,9396	9 388 740
	31/mar/23	46 326 148	4,9342	9 388 740
	28/fev/23	46 543 723	4,8889	9 520 266
	31/jan/23	47 012 879	4,9356	9 525 350
2022	31/dez/22	47 037 626	4,8937	9 611 860
	30/set/22	49 197 328	4,9134	10 012 927
	30/jun/22	52 204 933	4,9725	10 498 781
	31/mar/22	56 999 256	5,2382	10 881 466
2021	31/dez/21	60 329 927	5,5110	10 947 086
	30/set/21	57 610 088	5,4506	10 569 577
	30/jun/21	57 395 803	5,4335	10 563 227
	31/mar/21	60 696 215	5,4346	11 168 457

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2023 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
SPGB 0.8 30/07/29	435 677	1 216	-	436 893	3 712	440 604
SPGB 0.8 30/07/27	443 372	-	(8 795)	434 577	3 528	438 105
SPGB 0% 31/05/24	307 609	-	(9 647)	297 962	-	297 962
SPGB 1.25 31/10/30	313 940	-	(7 330)	306 610	2 929	309 539
SPGB 0 31/01/26	441 710	-	(4 709)	437 001	-	437 001
SPGB 0 31/01/25	308 238	-	(1 183)	307 055	-	307 055
BUBILL 0 18/10/23	2 070 541	18 422	-	2 088 964	-	2 088 964
DBR 1 15/08/24	174 316	-	(872)	173 444	1 561	175 004
DBR 0,5 15/2/28	311 846	-	(6 578)	305 268	624	305 893
DBR 0.25 15/02/29	265 103	-	(2 335)	262 768	277	263 045
DBR 1.7 15/08/32	566 251	-	(11 061)	555 191	9 788	564 978
BKO 0 15/03/24	480 038	-	(9 534)	470 504	-	470 504
BKO 2.2 % 12/12/24	435 578	-	(3 466)	432 112	6 165	438 277
OBL 0 10/04/26	707 417	-	(9 379)	698 038	-	698 038
FRTR 2% 25/11/32	699 359	-	(1 125)	698 234	8 995	707 229
SGLT 0% 10/11/23	1 496 933	7 834	-	1 504 767	-	1 504 767
BTPS 0,50 01/02/26	174 834	76	-	174 910	394	175 304
BTPS 0.9% 01/04/31	435 591	10 866	-	446 457	1 240	447 697
BTPS 0.25 15/03/28	501 810	3 787	-	505 597	435	506 032
BTPS 0 15/04/24	306 632	-	(6 535)	300 097	-	300 097
BTPS 0,5 15/07/28	265 008	-	(1 088)	263 920	713	264 633
BTPS 0 30/01/24	418 941	3 901	-	422 842	-	422 842
BOTS 0 29/09/23	1 563 127	10 447	-	1 573 574	-	1 573 574
FRTR 2,25% 25/05/24	603 617	-	(3 409)	600 208	1 381	601 588
FRTR 1% 25/05/27	463 076	-	(5 315)	457 761	498	458 259
FRTR 0.75% 25/11/28	265 852	-	(4 267)	261 585	1 308	262 893
FRTR 0 25/03/24	480 170	-	(9 240)	470 930	-	470 930
FRTR 0% 25/11/29	351 656	-	(280)	351 376	-	351 376
FRTR 0 25/02/26	349 498	-	(208)	349 290	-	349 290
BTF 0 % 29/11/23	2 482 589	23 919	-	2 506 508	-	2 506 508
BUND.REP 4.75 7/4/28	256 452	-	(4 831)	251 621	10 741	262 362
	18 376 782	80 468	(111 187)	18 346 064	54 287	18 400 350
01.01.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
X MSCI EMERGING MARK	371 602	-	(53 615)	317 987	-	317 987
ETF iShares EUR Corp	1 879 146	-	(66 174)	1 812 972	-	1 812 972
ISHARES MSCI USA ESG	269 395	21 289	-	290 684	-	290 684
ISh core EM ETF	264 431	-	(34 711)	229 720	-	229 720
SPDR ACWI	72 493	1 738	-	74 231	-	74 231
SPDR BBG 0-3 EURO CO	2 022 864	-	(78 957)	1 943 907	-	1 943 907
ISHARES CORE MSCI EU	400 761	29 238	-	429 999	-	429 999
UBS ETF MSCI ACWI US	144 932	3 614	-	148 546	-	148 546
ISHARES S&P500 SWAP	223 913	19 299	-	243 212	-	243 212
ISHARES EDGE MSCI	84 580	5 153	-	89 733	-	89 733
ISHARES MSCI ACWI	142 115	6 383	-	148 498	-	148 498
BNP P S&P 500 UCITS	213 637	28 949	-	242 586	-	242 586
INVESCO PHYSICAL GOL	193 352	10 736	-	204 088	-	204 088
AMUNDI ECRP SRI 0-3	804 310	-	(19 444)	784 866	-	784 866
INVESC SP 500 AC EUR	1 622 772	102 282	-	1 725 054	-	1 725 054
XTRACKERS MSCI EURO P	264 237	25 752	-	289 989	-	289 989
AMUNDI MSCI EUROPE U	251 279	24 952	-	276 231	-	276 231
AMUNDI INDEX MSCI EM	405 080	-	(42 342)	362 738	-	362 738
DB X-Trackers II IBO	661 808	-	(37 257)	624 551	-	624 551
X SP500 SWAP	858 406	25 934	-	884 340	-	884 340
Lyxor ETF SP 500	667 435	68 984	-	736 419	-	736 419
AMUNDI SP 500 UCITS	782 625	56 921	-	839 546	-	839 546
ISHARES CORE EURO	1 258 384	-	(9 441)	1 248 943	-	1 248 943
AMUNDI PRI EURO CORP	626 269	-	(1 089)	625 180	-	625 180
	14 485 825	431 224	(343 030)	14 574 020	-	14 574 020

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.08 - Opções						
SX5E 15/09/23 P3900	(130 410)	100 926	-	(29 484)	-	(29 484)
SX5E 15/09/23 P4250	38 958	-	(26 052)	12 906	-	12 906
VIX US 20/09/23 C35	35 090	-	(22 656)	12 434	-	12 434
VIX US 20/09/23 C45	(22 339)	14 542	-	(7 797)	-	(7 797)
SPX US15/09/23 C4700	3 251	2 238	-	5 489	-	5 489
SPX US09/15/23 P4100	(2 855)	664	-	(2 191)	-	(2 191)
UEAN3P 1.075 Set23	(4 832)	322	-	(4 510)	-	(4 510)
UEAU3C 1.105 Set23	6 039	-	(81)	5 958	-	5 958
RXU3P 131 Set23	(5 946)	556	-	(5 390)	-	(5 390)
UEAU3C 1.14 Set23	6 282	-	(841)	5 441	-	5 441
	(76 761)	119 248	(49 630)	(7 142)	-	(7 142)
01.03.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs)						
JAN HND HRZN EURO CO	73 965	-	(7 455)	66 510	-	66 510
AMUNDI ULT SHT BD SR	2 091 875	47 405	-	2 139 280	-	2 139 280
AMUNDI 3-6 M-IC	1 780 465	30 479	-	1 810 944	-	1 810 944
ML CRB GEMI U-INS	114 414	983	-	115 397	-	115 397
GRPAMA ULTRA SH TERM	256 795	4 898	-	261 694	-	261 694
WELL GBL QTY GROWTH	182 941	-	(17 014)	165 927	-	165 927
NORD 1 SIC-GL ST EQ-	71 728	223	-	71 951	-	71 951
EURO S/T CREDIT-SI/A	77 683	-	(314)	77 369	-	77 369
M G EU CRD Q1ACCEUR	289 165	-	(19 158)	270 007	-	270 007
BLUEBAY-INV GRADE BD	213 393	-	(19 522)	193 871	-	193 871
Invesco Euro Corpora	129 960	-	(9 532)	120 428	-	120 428
ASSII-EURO CP BD-T A	48 041	162	-	48 203	-	48 203
ROBECO EURO CONSV EQ	59 798	4 203	-	64 001	-	64 001
MORGAN ST INV F-S	1 746 852	-	(43 557)	1 703 295	-	1 703 295
MS EUR BOND FUND	201 956	-	(15 541)	186 415	-	186 415
FRKN EUR S DUR BD	151 731	-	(1 114)	150 617	-	150 617
SANTANDER GOGLO HI Y	240 154	-	(19 055)	221 099	-	221 099
ROBECOSAM-EURO SDG C	48 041	398	-	48 439	-	48 439
INVESCO GL INV G CB-	33 186	-	(5 729)	27 457	-	27 457
AXA WORLD-EUR CR SHD	611 318	-	(10)	611 308	-	611 308
JPM Global Corp I2€	84 001	-	(12 855)	71 146	-	71 146
ASSII-EUCPBDS -D EUR	44 119	-	(4 230)	39 889	-	39 889
MAN AHL TRD H EUR	112 037	4 377	-	116 414	-	116 414
NN L-US CREDIT-IH	217 490	-	(39 501)	177 989	-	177 989
BGF-WORLD HEALTHSCIE	192 692	-	(6 298)	186 394	-	186 394
	9 073 798	93 128	(220 885)	8 946 042	-	8 946 042
01.03.08 - Opções						
SX5E 15/09/23 P3850	101 088	-	(79 704)	21 384	-	21 384
	101 088	-	(79 704)	21 384	-	21 384
TOTAL	41 960 732	724 069	(804 434)	41 880 367	54 287	41 934 654

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2023 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Aumentos	Reduções	30-06-2023
Depósitos à ordem	5 855 704	26 487 418	29 525 763	2 817 359
TOTAL	5 855 704	26 487 418	29 525 763	2 817 359

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido no Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num

prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2023, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
AUD	83 401	-	-	-	-	-	83 401
JPY	60 146 733	-	(58 676 250)	-	-	(58 676 250)	1 470 483
USD	1 505 550	-	3 288 000	-	1 062 889	4 350 889	5 856 439
Contravalor Euro	1 819 131	-	2 652 599	-	978 179	3 630 778	5 449 909

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2023 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	10 237 736	-	-	14 407 631	-	24 645 367
de 1 a 3 anos	2 579 969	-	-	-	-	2 579 969
de 3 a 5 anos	1 708 290	-	-	-	-	1 708 290
de 5 a 7 anos	1 844 913	-	-	-	-	1 844 913
mais de 7 anos	2 029 443	-	-	-	-	2 029 443

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2023, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		
		Futuros	Opções	
Ações	-	1 025 974	432 556	1 458 531
Unidades de Participação	23 520 063	-	-	23 520 063
Direitos	14 241	-	-	14 241

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2023:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	45 003 662	47 037 626
Carteira com derivados	22 706 330	31 737 110
	49,55%	32,53%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2023 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	239 680	0,52%
Comissão de Depósito	8 389	0,02%
Taxa de Supervisão	3 535	0,01%
Custos de Auditoria	606	0,00%
Outros Custos Correntes	13 350	0,03%
TOTAL	265 559	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Estabilização dos mercados financeiros

O alinhamento das expectativas de taxa de juro terminais entre agentes de mercado e Bancos Centrais conduziu a uma correção da volatilidade em dívida soberana e ações, bem como o regresso da correlação entre ambos para terreno negativo. Ainda assim, e dado que as curvas de taxas diretoras anteviam cortes de taxa já em 2023 o que implicou uma comunicação mais incisiva do BCE e FED, a queda da volatilidade em ações foi muito maior do que a de obrigações, recuando para níveis pré-Covid.

Para a indústria de gestão de ativos, o regresso a um mercado funcional permitiu um arranque de ano com performances positivas em todas as classes de ativos e subscrições líquidas positivas. O grosso do impacto da normalização monetária parece já ter sido ultrapassado e o nível atual de yields deverá solidificar estas tendências na segunda metade do ano.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.